

DIREITO

PLANO DE TRABALHO: O papel dos Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs) para a reinserção social dos egressos HGP PA

ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA: Alanna Gomes Libdy

PROJETO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA: As medidas de segurança no Hospital Geral Penitenciário do Estado do Pará: Uma análise à luz da Lei da Reforma Psiquiátrica

COORDENADOR: Mislene Lima Silva

CURSO: Direito

PALAVRAS-CHAVE: Portaria 106/2001, Hospital Geral Psiquiátrico (HGP), desinstitucionalização.

Este estudo investiga a atuação do Estado do Pará na implementação da Portaria 106/2000 para a desinstitucionalização do doente mental infrator no Hospital Geral Psiquiátrico (HGP). É de natureza qualitativa, com abordagem hipotético-dedutiva. Foram utilizadas pesquisa documental e entrevistas. A estrutura do hospital de custódia deve ser adequada, juntamente com o número de profissionais de saúde associados ao do sistema penal. As medidas de segurança não podem ter caráter perpétuo e, para alguns pacientes submetidos ao tratamento, faz-se necessário um acompanhamento para a sua desinternação. Observa-se que o Estado do Pará está longe de cumprir de forma efetiva as previsões da Lei da Reforma Psiquiátrica e as determinações da Portaria 106/2000.

PLANO DE TRABALHO: O Hospital Geral Penitenciário do Estado do Pará e o transtorno dispensado ao indivíduo com transtorno mental em conflito com a lei

ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA: Ana Clara Baía Lima

PROJETO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA: As medidas de segurança no Hospital Geral Penitenciário do Estado do Pará: Uma análise à luz da Lei da Reforma Psiquiátrica

COORDENADOR: Mislene Lima Silva

CURSO: Direito

PALAVRAS-CHAVE: Portaria 106/2001, Hospital Geral Psiquiátrico (HGP), desinstitucionalização.

O objetivo do trabalho foi verificar o cumprimento das medidas de segurança segundo a Lei 10.216/2001 no Hospital Geral Psiquiátrico (HGP), do estado do Pará. O estudo teve abordagem qualitativa, usando o método hipotético-dedutivo. Além de observações *in loco*, foram realizadas entrevistas, com perguntas abertas, à equipe biopsicossocial, e pesquisa bibliográfica e documental, no período de 2001 a 2022. Constatou-se que existem violações de direitos de doentes psiquiátricos internados. Almeja-se informar a sociedade civil sobre a forma como a medida de segurança tem sido aplicada, quebrando estigmas a respeito da pessoa com transtorno mental, e fornecer dados à comunidade científica.

PLANO DE TRABALHO: A atuação de atores da política pública de saúde mental no hospital geral penitenciário do Estado do Pará

ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA: Anthony Costa Oliveira

PROJETO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA: As medidas de segurança no Hospital Geral Penitenciário do Estado do Pará: uma análise à luz da Lei da Reforma Psiquiátrica

COORDENADOR: Mislene Lima Silva

CURSO: Direito

PALAVRAS-CHAVE: Portaria 106/2001, Hospital Geral Psiquiátrico (HGP), desinstitucionalização.

O estudo investiga que ações são desenvolvidas para garantir o cumprimento da Lei nº 10.216/2001 (Lei Antimanicomial ou da Reforma Psiquiátrica) no Hospital Geral Penitenciário (HGP), no Estado do Pará. Foi utilizada a abordagem do método hipotético-dedutivo, descritivo e explicativo. O cumprimento de medidas de segurança não se encontra em conformidade com a Lei 10.216/2001. O esforço da equipe não tem sido suficiente dada a falta de recursos e profissionais especializados. A reintegração familiar é um desafio. É preciso haver investimento estatal, discussão nos ambientes acadêmicos, políticos e jurídicos, para que a sociedade exija do poder público a garantia de direitos fundamentais aos pacientes.

PLANO DE TRABALHO: A formação da sociedade digital e a fragilização dos valores humanos

ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA: Jean Lucas Amaral da Silva

PROJETO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA: O QUINTO PODER: o uso de dados pessoais e suas implicações na liberdade de pensamento e em outros direitos fundamentais”

COORDENADOR: Paulo Rogério de Souza Garcia

CURSO: Direito

PALAVRAS-CHAVE: Valores humanos, Garantias fundamentais, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

O objetivo do estudo foi investigar como funcionam os aplicativos e as plataformas mediante o uso de dados pessoais e analisar as ideologias envolvidas nesse processo. Sua importância é poder contribuir para maior proteção dos valores humanos e das garantias fundamentais, em especial o direito a proteção de dados. É uma de cunho bibliográfico e de caráter qualitativo. Reconhece o grande valor da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) para coibir o uso de dados pessoais no período da pandemia do coronavírus. Observou que a tecnologia, embora tenha avançado na criação de vacinas, o problema para enfrentar o vírus deveu-se à falta de cooperação entre países, devido às notícias falsas e à desinformação.

PLANO DE TRABALHO: A coerência das normas brasileiras pautadas na observância dos princípios penais

ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA: Gabriela Esther Nascimento dos Santos

PROJETO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA: O sistema penitenciário brasileiro e o respeito aos direitos e garantias fundamentais

COORDENADOR: Shelley Macias Primo Alcolumbre

CURSO: Direito

PALAVRAS-CHAVE: Direitos humanos, Direitos fundamentais, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

O objetivo deste estudo foi investigar se as normas penais brasileiras observam os princípios fundamentais dos direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro. Assentou-se no método dialético, com abordagem qualitativa, na pesquisa bibliográfica e documental. As conclusões apontaram para a inobservância dos direitos fundamentais na prática de execução penal. Concretiza-se na necessidade de refletir sobre o direito real, como e de que forma as abstrações teóricas e legais têm sido efetivadas nas instituições públicas. É necessária e urgente a convocação dos juristas, doutrinadores, pesquisadores, estudantes, para refletir sobre a sociedade e pensar soluções jurídicas objetivas cientificamente.